

**Curriculum Vitae**

Ana Cristina dos Santos Gonçalves.

Informação pessoal: Naturalidade: freguesia de Alvalade, concelho de Lisboa.

Nacionalidade: Portuguesa.

Habilitações académicas: Licenciatura em Geografia e Planeamento Regional e Local pela Faculdade de Letras de Lisboa em 1989.

Experiência profissional:

De Abril de 1991 a Outubro de 1995:

Exercício de funções de técnica superior de informações no Departamento Operacional de contra-subversão do Serviço de Informações de Segurança (SIS) responsável pelo acompanhamento de temáticas específicas da contra-subversão, acompanhamento de actividades ligadas a tráficos ilegais designadamente de estupefacientes e branqueamento de capitais, organização de *dossiers* de cariz operacional.

De Outubro de 1995 a 3 de Abril de 2006:

Exercício de funções de técnica coordenadora de informações no Departamento Operacional de contra-terrorismo do Serviço de Informações de Segurança (SIS), responsável pelo acompanhamento, processamento e análise de informações no âmbito do terrorismo a nível internacional e suas repercussões em Portugal. Elaboração de relatórios estruturais e organização de *dossiers* de cariz operacional e orientação/avaliação de pesquisa. Colaboração e apoio no contexto de avaliação de ameaça e planeamento de segurança sobre eventos internacionais que se realizaram em Portugal, Conferência da OSCE em 1996, Expo98, Presidência da União Europeia em 1999 e EURO 2004. Actividades de representação do SIS na qualidade de perita de terrorismo e de conferencista sobre temáticas do terrorismo em reuniões de cariz internacional no estrangeiro.

De Julho a Setembro de 2004:

Desempenho de funções de perita em terrorismo na Célula Analítica Ad-Hoc do comité especial da OTAN AC/46 em Bruxelas, em representação do SIS.

De 4 de Abril de 2006 até à presente data:

Exercício de funções de Chefe da Divisão de Análise e Pesquisa de Informações da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica.

Lisboa, 20 de Janeiro de 2009.

201709662

**Direcção-Geral de Energia e Geologia****Declaração de rectificação n.º 1139/2009**

No édito n.º 192/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 74, de 16 de Abril de 2009, onde se lê Câmaras Municipais de Batalha, Pombal e Figueira da Foz deve ler-se Câmaras Municipais de Batalha, Pombal, Leiria e Figueira da Foz.

20 de Abril de 2009. — O Director de Serviços de Electricidade, *Martins de Carvalho*.

301703457

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,  
DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS****Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte****Despacho n.º 10861/2009**

Por despacho do signatário de 4 de Março de 2009, foi determinada a cessação do instrumento de mobilidade (destacamento), ao abrigo do qual as trabalhadoras: Maria das Dores da Costa Soares, Maria Inês Oliveira Sousa Santos e Maria Manuela Costa Faria Silva, se encontravam a exercer funções na Associação para a Promoção e Gestão do Campus Agrário de Vairão e simultaneamente a sua colocação em Situação de Mobilidade Especial.

Compulsado o procedimento administrativo, verifica-se que o referido acto (despacho), se encontra inquinado do vício de forma, por se ter omitido o procedimento de audiência prévia dos interessados, conforme

estatuído no artigo 100.º e ss, do CPA, pelo que se impõe a sua revogação, nos termos do artigo 141.º e ss do CPA.

17 de Abril de 2009. — O Director Regional, *António Joaquim Vieira Ramalho*.

201707897

**Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto, I. P.****Declaração de rectificação n.º 1140/2009**

No número do *Diário da República*, a seguir indicado, deve ser considerada a seguinte rectificação:

Por ter saído com inexactidão o Despacho n.º 31110/2008, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 234, de 3 de Dezembro de 2008, onde se lê:

«Por despacho de 13 de Setembro de 2008 do Presidente do IVDP, I. P., ...»

deverá ler-se:

«Por despacho de 13 de Novembro de 2008 do Presidente do IVDP, I. P., ...»

22 de Abril de 2009. — O Presidente, *Luciano Vilhena Pereira*.

201711832

**MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES****Gabinete do Secretário de Estado Adjunto,  
das Obras Públicas e das Comunicações****Despacho n.º 10862/2009**

Nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, ratifico todos os actos praticados pelo tenente-coronel Fernando Ferreira dos Reis, à data director-adjunto, em regime de gestão corrente, do Gabinete de Prevenção e Investigação de Acidentes com Aeronaves, no período compreendido entre 10 de Dezembro de 2007 e 21 de Abril de 2009.

17 de Abril de 2009. — O Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações, *Paulo Jorge Oliveira Ribeiro de Campos*.

201708625

**Instituto da Mobilidade  
e dos Transportes Terrestres, I. P.****Direcção Regional de Mobilidade e Transportes do Norte****Aviso (extracto) n.º 8784/2009**

O Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P., faz saber que a empresa Auto Viação do Tâmega, Lda., com sede no Largo da Estação, concelho de Chaves, requereu a concessão de uma carreira de passageiros em regime regular entre Chaves e Vidago (Por Ventuzelos), ambos do concelho de Chaves e distrito de Vila Real, passando por Aeródromo, Paradela de Veiga (Cruzamento), S. Pedro de Agostem (Cruzamento), S. Pedro de Agostem, S. Pedro de Agostem (Cruzamento), Agostem, Ventuzelos, Vilas Boas, Pereira Selão e Valverde.

Nos termos do parágrafo 1.º do artigo 101.º do Regulamento de Transportes em Automóveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 37 272, de 31 de Dezembro de 1948, todas as entidades interessadas podem manifestar-se sobre a concessão requerida, no prazo de sessenta dias a contar da data da presente publicação, para o que podem consultar o respectivo processo na Direcção Regional de Mobilidade e Transportes do Norte, sita na Rua do Campo Alegre, 1459 — 1.º, Porto.

6 de Abril de 2009. — O Director Regional, *Joaquim G. Coutinho*.

301656242

**Direcção Regional de Mobilidade e Transportes  
de Lisboa e Vale do Tejo****Aviso n.º 8785/2009**

Por despacho de 13 de Março de 2009, do Vogal do Conselho Directivo deste Instituto, foi autorizado o cancelamento da carreira regular

de serviço público de passageiros Alvará 5150 Cacilhas — Pilotos (P/ Feijó) em nome da T.S.T. - Transportes Sul do Tejo, S. A., Rua Marcos de Portugal 2810 -260 Laranjeiro

23 de Março de 2009. — O Director Regional, *Luís Teixeira*.  
301654022

#### **Aviso (extracto) n.º 8786/2009**

Por despacho de 13 de Março de 2009, do Vogal do Conselho Directivo deste Instituto, foi autorizado o cancelamento da carreira regular de serviço público de passageiros entre Azoia — Cacilhas (p/ EN 10), em nome da empresa T.S.T. — Transportes Sul do Tejo, S. A., com sede na Rua Marcos Portugal, n.º 10, — 2810-260 Laranjeiro.

23 de Março de 2009. — O Director Regional, *Luís Teixeira*.  
301639532

#### **Aviso n.º 8787/2009**

Por despacho de 13 de Março de 2009, do Vogal do Conselho Directivo deste Instituto, foi autorizado o cancelamento da carreira de serviço público de passageiros Alvará 7222 Cacilhas — Santa Marta do Pinhal (P/Cemitério), requerida por TST — Transportes Sul do Tejo, S. A., com sede na Rua Marcos Portugal — Laranjeiro 2810-260 Almada.

24 de Março de 2009. — O Director Regional, *Luís Teixeira*.  
301654144

#### **Aviso n.º 8788/2009**

Por despacho de 13 de Março de 2009, do Vogal do Conselho Directivo deste Instituto, foi autorizada a alteração de percurso da carreira regular de serviço público de passageiros entre Laranjeiro (B.º Miratejo — Lisboa (Praça de Espanha), requerida por TST — Transportes Sul do Tejo, S. A., com sede na Rua Marcos de Portugal, 10 — 2810-260 Laranjeiro, passando a designar-se Lisboa (Praça de Espanha) — Quinta do Brasileiro.

25 de Março de 2009. — O Director Regional, *Luís Teixeira*.  
301654258

### **Instituto Nacional de Aviação Civil, I. P.**

#### **Anúncio n.º 3409/2009**

#### **Abertura de procedimento concursal comum para o recrutamento de dois Técnicos Superiores com relação jurídica de emprego pública por tempo indeterminado já estabelecida**

1 — Em cumprimento do disposto no artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, torna-se público que, por deliberação do Conselho Directivo de 8 de Abril de 2009, se encontra aberto um procedimento concursal comum, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso na 2.ª Série do *Diário da República*, para contratação em funções públicas, por tempo indeterminado, de dois Técnicos Superiores, com relação jurídica de emprego público já estabelecida por tempo indeterminado, para exercer funções no Instituto Nacional de Aviação Civil, I. P.

2 — O procedimento concursal destina-se à ocupação de dois postos de trabalho no mapa de pessoal do INAC no Departamento de Recursos Humanos, de acordo com o disposto no n.º 2 e 4 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.

3 — Por ainda não se encontrar regulamentada e em funcionamento a Entidade Centralizada para a Constituição de Reservas de Recrutamento (ECCRC) e de acordo com a Direcção-Geral de Administração e Emprego Público (DGAEP), ficam os organismos públicos dispensados de consultar a referida Entidade.

4 — As funções a exercer desenvolvem-se no âmbito da actividade de gestão de recursos humanos, nomeadamente: desenvolvimento profissional, gestão da avaliação do desempenho, acompanhamento de processos de recrutamento e selecção, planeamento das necessidades de pessoal, instrumentos de preparação do orçamento, análise de indicadores de recursos humanos e mapas de reporte para os diversos organismos, relatório de actividades e de gestão, elaboração de informações e ofícios relacionados com a gestão técnica de pessoal.

5 — Dispensa-se os requisitos previstos no artigo 8.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, na medida em que o recrutamento é restrito a trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado já estabelecida.

6 — Nos termos do n.º 4 do artigo 6.º da Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, o recrutamento é restrito a trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado já estabelecida.

7 — Nível Habilitacional exigido: Licenciatura em Gestão de Recursos Humanos, Psicologia das Organizações, Gestão e Administração Pública

8 — Para efeitos do presente procedimento concursal de recrutamento não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal do órgão ou serviço idênticos aos postos de trabalho para cuja ocupação se publicita o procedimento.

9 — Prazo — 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, nos termos do artigo 26.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

10 — A formalização das candidaturas é realizada mediante requerimento dirigido ao Presidente do Conselho Directivo do Instituto Nacional de Aviação Civil, I. P., devidamente datado e assinado. O requerimento deverá ser elaborado de acordo com o artigo 27.º e acompanhado dos documentos referidos no artigo 28.º da Portaria 83-A/2009, de 22 de Janeiro de 2009.

10.1) A apresentação da candidatura pode ser efectuada por correio, sob registo e com aviso de recepção, para o endereço: Instituto Nacional de Aviação Civil, I.P. — Rua B, Edifícios 4, 5 e 6 — Aeroporto da Portela — 1749-034 Lisboa, até ao termo do prazo fixado.

10.2) Pode, igualmente, ser entregue pessoalmente no Departamento de Recursos Humanos, entre as 09h30 e as 16h30.

10.3) Serão também aceites candidaturas enviadas por correio electrónico, para o seguinte endereço recrutamento.rh@inac.pt.

11 — Atenta a urgência do presente recrutamento, perante a necessidade de repor a capacidade de resposta do Instituto Nacional de Aviação Civil, I. P., no âmbito de todas as suas atribuições e competências, o procedimento decorrerá através da utilização faseada dos métodos de selecção, conforme previsto no artigo 8.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

12 — Métodos de selecção e critérios: são adoptados os seguintes métodos:

- Provas de Conhecimentos (PC)
- Avaliação Psicológica (AP)
- Avaliação Curricular (AC)
- Entrevista de Avaliação de Competências (EC)
- Entrevista Profissional de Selecção (EPS)

a) Prova de Conhecimentos (PC) visa avaliar os conhecimentos académicos e, ou, profissionais e as competências técnicas dos candidatos necessárias ao exercício das funções previstas no ponto 4.

- i) Organização e funcionamento do INAC;
- ii) Domínio das questões relacionadas com a gestão técnica de recursos humanos;
- iii) Elaboração de mapas de pessoal, Plano de Actividades, Balanço Social e preparação do orçamento;
- iv) Elaboração de perfis e competências;
- v) Análise e interpretação de legislação específica, no âmbito das seguintes temáticas:

- Fontes e aplicação do Direito na Administração Pública;
- Recrutamento e Selecção;
- Modificação da Relação Jurídica de Emprego Público;
- Mobilidade;
- Gestão por Objectivos e Avaliação do Desempenho;
- Desenvolvimento Profissional;
- Assiduidade;
- Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores em Funções Públicas
- Cessação da Relação Jurídica de Emprego;
- Protecção Social dos Trabalhadores em Funções Públicas.

iii) Noções Fundamentais sobre a Organização e Funcionamento do Estado;

iv) Noção Básicas de Direito Administrativo, Contabilidade Pública e Código dos Contratos Públicos;

#### **Bibliografia e Legislação:**

- Constituição da República Portuguesa;
- Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto;
- Lei n.º 35/2004, de 29 de Julho;
- Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro;
- Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro;
- Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro;
- Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro;
- Lei n.º 58/2008, de 9 de Setembro;
- Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro;
- Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro;
- Lei n.º 4/2009, de 29 de Janeiro;